



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Ed Alves/CB/D.A Press



Novo partido aliado, novo secretário

O governador Ibaneis Rocha (MDB) criou ontem, por meio de decreto publicado no *Diário Oficial do Distrito Federal*, em edição extra, a Secretaria de Estado da Região Metropolitana do Distrito Federal. Na mesma edição, Ibaneis nomeou o ex-deputado federal Armando Vergílio como secretário. Ele é presidente estadual do Solidariedade em Goiás e pai do atual presidente interino do Solidariedade-DF, Lucas Vergílio, que é deputado federal por Goiás. O partido fechou recentemente com a reeleição de Ibaneis.

Aliança com nove siglas

O MDB de Ibaneis Rocha registrou na ata da convenção do último domingo uma coligação ampla com PP, PL, Patriota, Pros, PMN, PTB, Republicanos, Agir e Solidariedade. Mas ainda não fechou totalmente com o Republicanos nem com o PMN, que tem o coronel Moreno, ex-comandante do Bope da Polícia Militar, como pré-candidato ao Palácio do Buriti.

Ed Alves/CB/D.A Press



Aval nacional

O presidente do PSD-DF, Paulo Octávio, tem feito várias reuniões com lideranças e aliados sobre sua pré-candidatura ao Governo do Distrito Federal. A todos, têm dito que está animado. Ele tem o aval do presidente nacional, Gilberto Kassab, para seguir em frente.



À QUEIMA-ROUPA DEPUTADA DISTRITAL Júlia Lucy (União Brasil)

“Voto no candidato com condições de derrotar o ex-presidiário Lula”



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Acredita que Reguffe será candidato ao governo?

O Reguffe é candidato ao GDF

Se ele for, quem deveria ser vice e candidato ao Senado?

Para vice, a escolha deve agregar votos. A pessoa já deve ter sido testada nas urnas, deve conhecer a máquina. Devemos pensar, preferencialmente, em uma mulher, porque é isso que o eleitor quer. Para o Senado, alguém que comunique a renovação e traga partidos aliados. Preferencialmente, já testado também.

O que acontecerá no União Brasil se Reguffe não for candidato?

Não devo responder pelo partido.

Você vai votar no presidente Bolsonaro?

Voto no candidato com condições de derrotar o ex-presidiário Lula.

Qual vai ser sua principal bandeira se for eleita deputada federal?

Simplificação e redução de impostos.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Majoria do Republicanos quer apoiar Ibaneis Rocha

O Republicanos-DF deve acabar na chapa de Ibaneis. Se o presidente da sigla no DF, Wanderley Tavares, submeter a decisão à executiva regional, a maioria estará com o projeto de reeleição do governador. Dos nove votos, seis vão com Ibaneis, entre os quais: os dos deputados distritais Rodrigo Delmasso e Martins Machado; o do deputado federal Julio Cesar Ribeiro (foto); e o do ex-secretário distrital de Ciência e Tecnologia Gilvan Máximo. A ex-ministra Damares Alves vai acabar não sendo candidata a nada.

“É preciso lembrar que as filas só existem porque fizemos, no DF, a maior rede de proteção social do Brasil”

Governador Ibaneis Rocha (MDB), candidato à reeleição



Ed Alves/CB/D.A Press



“Ibaneis não criou nenhum benefício social, apenas fatiou programas sociais anteriores, causando prejuízo à população”

Deputado distrital Leandro Grass (PV), candidato ao Governo do Distrito Federal pela federação PT-PV-PCdoB



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Paco pode assumir cargo em agência habitacional

Na abertura dos trabalhos da Câmara Legislativa ontem, o governador Ibaneis Rocha enviou um projeto que transforma a Companhia de Desenvolvimento Habitacional (Codhab) em Agência de Desenvolvimento Habitacional. A diferença é que os gestores têm mais poder e mandato de quatro anos. Um dos nomes cotados para assumir o comando da nova agência reguladora é o vice-governador Paco Britto (Avante), que ficou fora da chapa à reeleição de Ibaneis. Paco diz que a criação da agência é um avanço. “Dará mais agilidade nas políticas habitacionais”, afirma. Ontem, ele representou Ibaneis Rocha no início do semestre legislativo. “Sei da importância deste parlamento para nossa capital e reconheço que cada parlamentar representa aqui a democracia, a vontade popular e a esperança dos brasilienses”, elogiou.



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

ECONOMIA / Trechos derrubados da Lei de Diretrizes Orçamentárias passarão por reavaliação na Câmara Legislativa

LDO sancionada com 20 vetos

» EDIS HENRIQUE PERES

Entenda

Confira como ficaram alguns dos principais artigos da lei após o veto e quais as justificativas apresentadas pelo governador Ibaneis Rocha

O governador Ibaneis Rocha (MDB) sancionou, ontem, a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) de 2023. O texto, publicado com 20 vetos no *Diário Oficial do Distrito Federal* (DODF), determina as orientações para a execução da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023. Além disso, dispõe sobre políticas tarifárias e de aplicação financeira. Mesmo com os artigos derrubados pelo Poder Executivo, a versão final será reanalisada pela Câmara Legislativa (CLDF). Os parlamentares poderão validar a decisão do chefe do Palácio do Buriti ou manter os dispositivos originais, como aprovados pela Casa.

Os deputados receberam, na tarde de ontem, um documento enviado por Ibaneis Rocha com as justificativas para cada veto. Um deles, por exemplo, determinava que o governo não direcionasse para outras atividades os recursos para políticas sociais ou voltadas a mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. O Executivo local argumentou que o trecho continha conceitos “muito amplos” e que garantir esse controle seria “impraticável” (**leia Entenda**).

Ibaneis também retirou da lei um trecho que direcionava recursos superavitários arrecadados pelo Serviço Público de Loteria do DF para o Fundo Solidário Garantidor, do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev-DF). O Executivo local justificou que,

nesse caso, a quantia deve ser usada para pagamento da dívida pública.

A LDO funciona da direcionada para a votação da LOA na Câmara Legislativa, no fim do ano, a qual determina como os recursos

texto também não precisará incluir rubrica específica com valor suficiente para compra de equipamentos e meios para preparação do ambiente escolar com condições sanitárias adequadas e investimento em tecnologia.

Justificativa: Os recursos estão contemplados na disponibilização de teto orçamentário para Secretaria de Educação e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A rigidez orçamentária do Distrito Federal, com limites constitucionais e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estreita a faixa de recursos livres, e a execução das despesas pode fazer o Distrito Federal ultrapassar os gastos com pessoal estabelecidos na legislação.

» Artigo 29 - Vetada a disponibilização de informações relativas às emendas parlamentares atualizadas no Portal da Transparência do Distrito Federal.

Justificativa: O Sistema de Controle de Emendas Parlamentares (Sisconep) destina-se à mesma função, com possibilidade de acompanhamento pelos servidores públicos e demais cidadãos.

» Artigo 34 - O superavit financeiro de recursos arrecadados por meio do Serviço Público de Loteria do Distrito Federal não será transferido à conta do Fundo Solidário Garantidor, do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal.

Justificativa: Por Lei, o superavit deve ser destinado à amortização e pagamento de dívida pública federal.

» Artigo 54 - Os recursos de políticas públicas de mulheres, crianças, adolescentes, idosos, ações de desenvolvimento científico e tecnológico e de incentivo à inovação e às ações sociais poderão ser cancelados para abertura de crédito para outra finalidade.

Justificativa: Os conceitos mencionados foram considerados amplos pelo governo, que informou não haver no Orçamento parâmetros estabelecidos de forma mais objetiva em relação ao previsto no texto aprovado, o que inviabiliza o controle no momento de abertura de crédito.

» Artigo 57 - Permite limitar o empenho e a movimentação financeira de recursos relacionados a situações de calamidade pública.

Justificativa: Ausência de marcadores específicos para definir casos de calamidade pública.

Fonte: Diário Oficial do Distrito Federal e Consultoria Jurídica do Gabinete do Governador

públicos serão usados ao longo do ano. O economista Newton Mar-ques explica que Lei de Diretrizes Orçamentárias também norteia a elaboração dos projetos do governo. “Ela define as estimativas de

deficit, superavit, arrecadação e gastos”, comenta. As normas definidas pelos dois textos, mesmo que burocráticas, afetam diretamente a vida da população, segundo o especialista. “O que o cidadão precisa

em relação à educação, saúde, segurança e ao transporte é decidido com base em orçamento”, enfatiza. Outro ponto relativo à LDO é que, junto ao Plano Plurianual (PPA) e à LOA, ela permite traçar

os gastos públicos, afirma o professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade de Brasília (UnB) Roberto Piscitelli. “O PPA define em quatro anos o que os governadores querem fazer em médio prazo. Eles situam a sociedade e o Poder Executivo em questão de políticas e projetos. O segundo passo é a LDO, votada todo ano. Ela é uma espécie de ponte entre o PPA e o Orçamento anual, porque é uma diretriz para a elaboração e execução dele, sinalizando o que é mais importante e quais as prioridades da gestão”, salienta.

Após aprovada a LDO, o governo define a LOA e a envia à CLDF para votação na última semana de trabalhos na Casa. “Diferentemente da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual é mais detalhada. Ela diz quanto se vai gastar e em quê. Por isso, a LDO é importante. Ela é a base e dita os caminhos da LOA”, comenta Roberto Piscitelli.

Para o Orçamento de 2023, as estimativas são de R\$ 53 bilhões, com receita de R\$ 33,8 bilhões provenientes de recursos próprios e de R\$ 19,2 bilhões, do Fundo Constitucional do Distrito Federal. Esses recursos são repassados pela União anualmente ao DF, para investimento exclusivamente em saúde, segurança e educação. A quantia consta na versão original da LDO 2023, aprovada na CLDF em 29 de junho.

Colaborou Jéssica Eufrásio